SAÚDE MENTAL, BEM-ESTAR E TRABALHO INDUSTRIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DOS RISCOS PSICOSSOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES NA QUALIDADE DE VIDA

MENTAL HEALTH, WELL-BEING, AND INDUSTRIAL WORK: AN INTEGRATIVE REVIEW OF PSYCHOSOCIAL RISKS AND THEIR REPERCUSSIONS ON QUALITY OF LIFE

MATHEUS NUNES DA **SILVA**[1], JOSÉ IVONALDO NASCIMENTO DE **SOUSA**[1], DIEGO ZANELATO LOURENÇO DE **SOUZA**[2*]

1. Acadêmicos do curso de graduação em Psicologia da Faculdade UMFG, Cianorte, Paraná, Brasil; **2.** Professor orientador do curso de Psicologia da Faculdade UMFG, Cianorte, Paraná, Brasil; mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar – UniCesumar.

* Avenida Guedner, 3106, Parque da Gávea, Maringá, Paraná, Brasil. CEP: 87053-265. diego.souza@umfg.edu.br

Recebido em 03/11/2026. **Aceito** para publicação em 09/11/2026

RESUMO

As transformações na organização do trabalho industrial ampliam a atenção aos riscos psicossociais e às suas repercussões sobre a saúde dos trabalhadores. Este estudo teve como objetivo analisar os riscos psicossociais no trabalho industrial e suas possíveis repercussões sobre a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, além de discutir recursos de proteção e contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas na SciELO, no PePSIC e no Portal de Periódicos da CAPES, que identificaram 101 registros; após a leitura de títulos, resumos e textos completos, sete estudos publicados entre 2021 e 2024 foram incluídos. Os achados apontam a intensidade das demandas, a baixa autonomia, as relações de trabalho e as transformações tecnológicas como fontes de riscos, associadas a mal-estar físico e psicológico, queixas de saúde e presenteísmo. A autoeficácia ocupacional e o suporte social aparecem como recursos relevantes, sem substituir a melhoria das condições de trabalho. Parte dos estudos aborda principalmente riscos físicos e ergonômicos, o que limita a atribuição dos agravos exclusivamente a fatores psicossociais. Conclui-se que a prevenção requer atenção conjunta às condições organizacionais e aos recursos dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida; riscos psicossociais; saúde do trabalhador; saúde mental; trabalho industrial.

ABSTRACT

Changes in the organization of industrial work have increased attention to psychosocial risks and their effects on workers' health. This study aimed to analyze psychosocial risks in industrial work and their potential effects on workers' mental health, well-being, and quality of life, as well as to discuss protective resources and contributions from Organizational and Work Psychology. An integrative literature review was conducted, with searches in SciELO, PePSIC, and the CAPES Journals Portal, identifying 101 records. After screening titles, abstracts, and full texts, seven studies published between 2021 and 2024 were included. The findings indicate that high work demands, low autonomy, workplace relationships, and technological changes are sources of risk associated with physical and psychological distress, health complaints, and presenteeism. Occupational self-efficacy and social support emerge as relevant resources, although they do not replace the need to improve working conditions. Some studies focus primarily on physical and ergonomic risks, limiting the extent to which health problems can be attributed exclusively to psychosocial factors. The study concluded that prevention requires an integrated approach to organizational conditions and workers' resources.

KEYWORDS: Quality of life; psychosocial risks; occupational health; mental health; industrial work.

1. INTRODUÇÃO

As transformações na organização do trabalho industrial envolvem mudanças nos processos produtivos, nas exigências profissionais e nas relações de trabalho. Nesse contexto, aspectos como a intensidade das demandas, a autonomia na execução das tarefas e o apoio de colegas e superiores podem estar associados à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores[1]. A compreensão dessas relações requer considerar tanto as características das atividades quanto as condições organizacionais em que são realizadas.

Os riscos psicossociais estão relacionados à concepção, à gestão e à organização do trabalho, bem como ao contexto social em que as atividades são desenvolvidas. Cargas de trabalho excessivas, exigências contraditórias, comunicação ineficiente, assédio e baixa participação nas decisões são exemplos de condições que podem comprometer a saúde dos trabalhadores[2]. Esses fatores devem ser distinguidos dos riscos físicos e ergonômicos, embora possam coexistir no ambiente industrial. No Brasil, a Norma Regulamentadora nº 1 passou a incluir expressamente os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho no gerenciamento de riscos ocupacionais[3].

A qualidade de vida, por sua vez, compreende a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, considerando o contexto cultural, os valores, os

objetivos e as expectativas que orientam sua experiência[4]. No trabalho industrial, sua análise exige reconhecer que as repercussões das condições laborais podem ultrapassar o espaço de trabalho e envolver dimensões físicas, psicológicas e sociais. Santos *et al.* (2020)[5] discutem a qualidade de vida de trabalhadores da indústria brasileira, contribuindo para uma compreensão ampliada das relações entre trabalho e saúde.

A diversidade de setores, processos produtivos e formas de organização do trabalho impede tratar a experiência dos trabalhadores industriais como homogênea. Estudos sobre riscos psicossociais, presenteísmo e condições de trabalho em diferentes segmentos evidenciam a necessidade de distinguir fatores de exposição, manifestações de adoecimento e recursos de proteção[1,6,7]. A reunião dessas contribuições permite examinar aproximações e diferenças entre os estudos, respeitando os limites de seus delineamentos.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, os riscos psicossociais no trabalho industrial e suas possíveis repercussões sobre a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores. Complementarmente, busca discutir recursos de proteção e possibilidades de contribuição da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a prevenção do adoecimento, considerando as responsabilidades das organizações na melhoria das condições laborais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com síntese qualitativa, voltada à análise dos riscos psicossociais no trabalho industrial e de suas possíveis repercussões sobre a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores. A revisão integrativa permite reunir e sintetizar estudos de diferentes delineamentos, favorecendo a identificação de convergências, divergências e lacunas sobre uma temática[8]. Sua condução seguiu as etapas descritas por Souza et al. (2010)[9]: elaboração da questão norteadora, busca na literatura, definição dos critérios de elegibilidade, seleção dos estudos, extração e análise dos dados e síntese dos resultados.

A questão norteadora foi: quais relações são discutidas na literatura entre os riscos psicossociais do trabalho industrial e a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores? Como questão complementar, buscou-se identificar recursos de proteção e possíveis contribuições da Psicologia para a prevenção e o enfrentamento desses riscos.

As buscas foram realizadas na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fontes que reúnem publicações das áreas de Psicologia, Saúde do Trabalhador e campos correlatos. Em cada fonte, foram aplicadas três estratégias, combinadas pelos operadores booleanos *AND* e *OR*: (1) "riscos psicossociais" *AND* "saúde do trabalhador"; (2) "condições de trabalho" *AND* "indústria"; e (3) "trabalhadores industriais" *OR* ("qualidade de vida" *AND* "indústria"). As buscas foram realizadas entre 14 e 25 de setembro de 2026, com os mesmos filtros em todas as fontes: publicações de 2020 a 2025, em português, inglês ou espanhol, do tipo artigo científico. As buscas no Portal CAPES e as estratégias 1 e 2 no PePSIC foram executadas por um dos pesquisadores, e as buscas na SciELO e a estratégia 3 no PePSIC, pelo outro.

Foram incluídos artigos científicos publicados de 2020 a 2025, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o trabalho industrial em relação aos riscos psicossociais, às condições de trabalho, à saúde mental, ao bem-estar ou à qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo estudos empíricos, revisões e artigos teóricos. Foram excluídos registros duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, estudos sem relação com a questão norteadora e documentos que não fossem artigos científicos, como teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso, livros, capítulos de livros, resumos de eventos, editoriais, cartas e textos de opinião.

A seleção ocorreu em etapas sucessivas: identificação dos registros, leitura dos títulos, leitura dos resumos e leitura integral dos textos potencialmente elegíveis, à luz dos critérios de inclusão e exclusão, com verificação de duplicidades entre as estratégias de busca. A seleção foi realizada de forma independente pelos dois pesquisadores, sob supervisão do professor orientador, que acompanhou e validou todas as etapas. Os resultados de cada estratégia foram registrados em planilha, com o número de registros encontrados, de títulos lidos e selecionados e de resumos lidos e selecionados. O percurso de identificação, triagem e inclusão foi registrado conforme as etapas do fluxograma PRISMA 2020, adaptado para esta revisão[10], e é apresentado na Figura 1.

Dos estudos incluídos, foram extraídos autoria, ano de publicação, país, delineamento, objetivos e principais achados, sistematizados na Tabela 2. Não foi aplicado instrumento formal de avaliação da qualidade metodológica; a análise crítica considerou o delineamento, a amostra e o alcance das conclusões de cada estudo, o que orientou o peso atribuído aos achados na síntese. A síntese qualitativa foi organizada em três eixos: organização e condições de trabalho como fontes de riscos psicossociais; repercussões sobre a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida; e recursos psicossociais e estratégias organizacionais de proteção. Na interpretação, foram diferenciados os riscos psicossociais dos riscos físicos e ergonômicos, bem como associações observadas, queixas de saúde, recomendações preventivas e evidências sobre recursos de proteção, evitando atribuir causalidade ou eficácia de intervenção a estudos que não avaliaram esses aspectos diretamente.

Por utilizar exclusivamente literatura científica publicada, sem participação de seres humanos nem uso de informações identificáveis, a pesquisa dispensou

registro e avaliação pelo sistema CEP/Conep, conforme o art. 1º, parágrafo único, inciso VI, da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde[11].

2.1 Seleção dos estudos

As nove estratégias de busca identificaram 101 registros: 80 no Portal de Periódicos da CAPES, 18 na SciELO e 3 no PePSIC (Tabela 1). Todos os títulos foram lidos; nessa etapa, 86 registros foram excluídos por não apresentarem relação com a questão norteadora, e 15 foram selecionados para a leitura dos resumos (13 do Portal CAPES, 1 da SciELO e 1 do PePSIC).

Tabela 1. Registros encontrados e selecionados por fonte e estratégia de busca

Fonte	Estratégia	Registros encontrados	Selecionados pelo título	Selecionados pelo resumo
Portal CAPES	1	6	2	2
Portal CAPES	2	24	7	3
Portal CAPES	3	50	4	3
SciELO	1	9	1	0
SciELO	2	7	0	0
SciELO	3	2	0	0
PePSIC	1	1	0	0
PePSIC	2	2	1	1
PePSIC	3	0	0	0
Total		**101**	**15**	**9**

Fonte: elaborada pelos autores (2026). Estratégias: (1) "riscos psicossociais" AND "saúde do trabalhador"; (2) "condições de trabalho" AND "indústria"; (3) "trabalhadores industriais" OR ("qualidade de vida" AND "indústria").

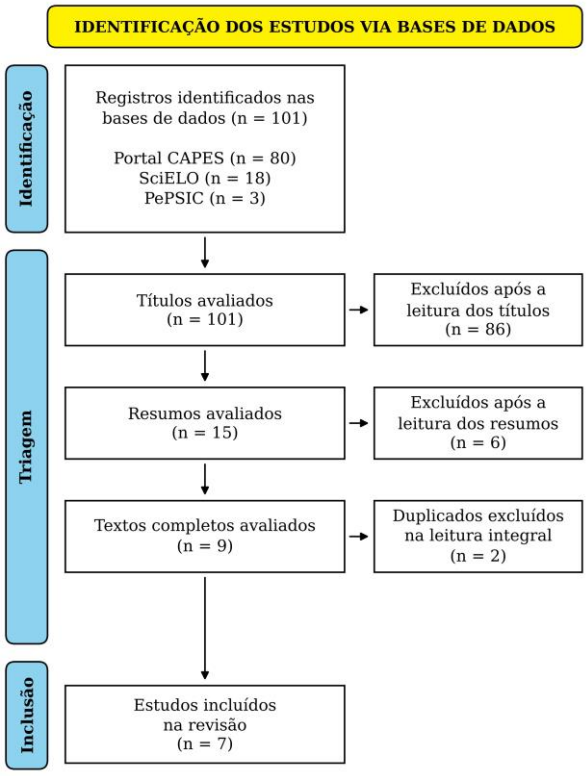


Figura 1. Fluxograma de identificação, triagem e inclusão dos estudos na revisão. **Fonte**: elaborada pelos autores (2026).

Após a leitura dos resumos, seis registros foram excluídos e nove seguiram para a leitura integral (oito do Portal CAPES e um do PePSIC). Na leitura integral, verificou-se que dois desses estudos eram duplicados, por terem sido recuperados em mais de uma estratégia de busca, e foram excluídos, resultando em sete estudos incluídos na revisão (Figura 1).

2.2 Caracterização dos estudos incluídos

Os sete estudos foram publicados entre 2021 e 2024: um em 2021, três em 2022, um em 2023 e dois em 2024. Todos foram desenvolvidos no Brasil, sendo um deles em colaboração entre instituições do Brasil e de Portugal. O conjunto reúne três pesquisas empíricas quantitativas ou psicométricas, um estudo de caso de abordagem quali-quantitativa, duas revisões da literatura e um estudo teórico de caráter jurídico e reflexivo. As características dos estudos são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2. Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Autor (ano)	Delineamento	Objetivo	Principais achados
Luna & Gondim (2021)[1]	Estudo quantitativo, transversal e correlacional com trabalhadores industriais de Salvador e região metropolitana (n = 391; 284 casos válidos).	Avaliar o efeito mediador da autoeficácia ocupacional na relação entre fatores de risco psicossocial e mal-estar físico e psicológico.	Maior percepção de riscos psicossociais associou-se a maior mal-estar físico e psicológico e a menor autoeficácia ocupacional; diferenças por sexo, escolaridade e cargo.
Santos *et al.* (2022)[12]	Revisão bibliográfica narrativa e descritiva de dez artigos publicados entre 2010 e 2020.	Identificar condições de trabalho que oferecem riscos de DORT em trabalhadores de abatedouros e discutir a atuação da enfermagem do trabalho.	Movimentos repetitivos, levantamento de cargas, posturas inadequadas e exposição ao frio; predomínio de distúrbios em membros superiores.
Nahas (2023)[13]	Estudo teórico, jurídico e reflexivo, com análise bibliográfica e documental.	Analisar as transformações nas relações de trabalho diante da Indústria 5.0 e a proteção dos direitos sociais.	Transformações tecnológicas podem favorecer a precarização e insegurança laboral; defende-se uma Indústria 5.0 centrada no ser humano.
Luna & Gondim (2022)[14]	Estudo psicométrico em duas etapas, com 803 trabalhadores da indústria e análises fatoriais exploratória e confirmatória.	Adaptar e buscar evidências de validade de uma escala de autoeficácia ocupacional frente ao adoecimento laboral.	Estrutura com três dimensões (realização de tarefas, manejo das emoções e obtenção de suporte social) e bons índices de ajuste; a autoeficácia não substitui a melhoria das condições de trabalho.
Oliveira Sobrinho et al. (2024)[15]	Revisão sistemática (PRISMA-P) nas bases Scopus, ScienceDirect e Web of Science, com 44 publicações.	Identificar riscos emergentes à saúde e à segurança dos trabalhadores decorrentes das tecnologias da Indústria 4.0.	Novos riscos coexistem com os tradicionais, com destaque para ansiedade, estresse e pressão psicológica associados à automação e às novas exigências.
Sá *et al.* (2024)[7]	Estudo de caso descritivo, quali-quantitativo, com observação, questionários e Análise Preliminar de Riscos em indústria de placas de gesso acartonado (Ceará).	Identificar fatores de risco ocupacionais e propor medidas preventivas.	Ritmo intenso, jornadas de 12 horas, levantamento de peso, movimentos repetitivos, ruído, poeira e calor; atividades percebidas como exaustivas e relatos de dores musculares.
Leite et al.	Estudo	Analisar cargas	Mais de 90% das

Autor (ano)	Delineamento	Objetivo	Principais achados
(2022)[6]	observacional longitudinal, quantitativo, com 9.106 registros de atendimentos (2018–2019) e 307 trabalhadores (OCRA e Job Stress Scale).	físicas e psicológicas e sua relação com queixas de saúde na indústria calçadista.	tarefas com risco de distúrbios musculoesqueléticos; baixa autonomia e queixas de estresse e ansiedade; maior recorrência entre mulheres, setores produtivos e segundo turno, em comparação ao terceiro.

Fonte: elaborada pelos autores (2026), com base nos estudos incluídos. DORT: distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho; OCRA: Occupational Repetitive Actions.

2.3 Síntese dos achados

Os achados foram organizados em três eixos complementares. No primeiro, destacam-se a intensidade das demandas, a baixa autonomia, as relações profissionais e as mudanças nos processos produtivos. No segundo, são discutidos o mal-estar físico e psicológico, as queixas de saúde e o presenteísmo, com distinção entre riscos psicossociais e ergonômicos. No terceiro, são abordados a autoeficácia ocupacional, o suporte social e as medidas organizacionais de prevenção. A heterogeneidade dos delineamentos exige interpretar esses resultados de acordo com o alcance de cada estudo.

3. DESENVOLVIMENTO e DISCUSSÃO

3.1 Organização e condições de trabalho como fontes de riscos psicossociais no contexto industrial

O ambiente industrial apresenta diferentes condições que podem influenciar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. O ritmo de produção, as exigências das atividades, a autonomia e as relações estabelecidas com colegas e superiores são alguns dos aspectos que precisam ser considerados. Nem sempre essas condições são percebidas como fontes de risco, embora possam contribuir para o desgaste físico e psicológico. Luna & Gondim (2021)[1] apontam que os fatores de risco psicossociais estão relacionados, entre outros aspectos, à intensidade e ao tempo de trabalho, às exigências emocionais, à falta de autonomia, às dificuldades nas relações sociais e à insegurança no emprego.

A relação entre esses fatores e a saúde dos trabalhadores foi investigada pelos mesmos autores em uma pesquisa com 391 trabalhadores industriais, dos quais 284 compuseram os casos válidos da análise. Os autores apontaram um possível papel mediador da autoeficácia ocupacional na relação entre os riscos psicossociais e os sintomas de mal-estar físico e psicológico[1], embora o intervalo de confiança do efeito indireto inclua o zero e o delineamento transversal não permita inferir causalidade. Esse resultado destaca a importância de considerar não apenas as condições oferecidas pelas empresas, mas também a maneira como os trabalhadores percebem sua capacidade de enfrentar as exigências do trabalho.

Em alguns setores industriais, essas exigências aparecem principalmente na forma como as atividades são realizadas. Na indústria calçadista, por exemplo, Leite *et al.* (2022)[6] analisaram 9.106 registros de queixas de saúde durante dois anos e identificaram condições caracterizadas por movimentos repetitivos, por ciclos curtos de produção e por baixa autonomia. A pesquisa também apontou maior estimativa de recorrência de problemas de saúde entre trabalhadores do segundo turno, em comparação ao terceiro turno, e dos setores produtivos. Esses resultados suscitam uma reflexão sobre a organização do trabalho, principalmente quando se considera que as atividades industriais muitas vezes seguem ritmos e exigências definidos pelo próprio processo de produção.

Condições semelhantes, embora em outro segmento industrial, foram identificadas por Sá *et al.* (2024)[7], em uma pesquisa realizada em uma indústria de placas de gesso acartonado, no Ceará. Nesse estudo, os trabalhadores estavam expostos a um ritmo intenso de produção, ao levantamento de pesos e a situações inseguras, como máquinas sem proteção adequada e sinalização insuficiente. Mesmo com as medidas preventivas adotadas pela empresa, os pesquisadores identificaram riscos de adoecimento físico e psicológico.

As duas pesquisas apresentam convergências, principalmente em relação às exigências das atividades e às condições de trabalho. Enquanto Leite *et al.* (2022)[6] identificaram a repetitividade, a baixa autonomia e diferenças relacionadas aos turnos, Sá *et al.* (2024)[7] destacaram o ritmo intenso de produção e as condições inseguras. Apesar de abordarem setores diferentes, os estudos contribuem para compreender que o adoecimento no ambiente industrial precisa ser analisado considerando também a forma como as tarefas são organizadas. Cabe destacar, porém, que algumas dessas condições estão diretamente relacionadas aos riscos físicos e ergonômicos, não sendo necessariamente classificadas como riscos psicossociais.

As relações de trabalho também fazem parte dessa discussão. Em um estudo sobre autoeficácia ocupacional, Luna & Gondim (2022)[14] observaram que os trabalhadores industriais consideravam importante o apoio recebido de colegas e superiores. Um aspecto observado na pesquisa foi a resistência de alguns participantes em comunicar às chefias suas limitações para realizar determinadas atividades. Para os autores, essa dificuldade pode estar relacionada à pouca autonomia e à presença de regras implícitas nas relações de trabalho.

Esse resultado permite refletir sobre as condições de comunicação nas empresas. Quando o trabalhador encontra dificuldades para expressar suas limitações na realização das atividades, suas necessidades podem permanecer desconhecidas pela liderança. O suporte social assume relevância tanto nas relações entre colegas quanto na possibilidade de buscar ajuda diante das exigências profissionais. Luna & Gondim (2022)[14] abordam a realização das tarefas, o manejo das emoções e a obtenção de suporte social como dimensões da autoeficácia ocupacional. Esses aspectos ajudam a discutir a articulação entre recursos individuais e

condições organizacionais.

Além dessas condições, é necessário considerar as mudanças que vêm ocorrendo no setor industrial. A introdução de novas tecnologias e as transformações nos processos produtivos também modificam o modo como as atividades são desenvolvidas. Oliveira Sobrinho *et al.* (2024)[15] apontam que o surgimento de novas tarefas, a terceirização e a precarização das relações de trabalho podem contribuir para a deterioração das condições laborais. Os autores também destacam que os avanços relacionados à Indústria 4.0 trouxeram novos riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores, que passaram a coexistir com aqueles já conhecidos.

As transformações tecnológicas também são discutidas por Nahas (2023)[13], que chama a atenção para a necessidade de as empresas considerarem as pessoas que fazem parte dos processos produtivos. A autora defende que as organizações não devem se preocupar somente com os resultados econômicos, mas também com as condições humanas e a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa discussão converge com a apresentada por Oliveira Sobrinho *et al.* (2024)[15], pois ambos os trabalhos abordam mudanças no mundo do trabalho e a importância de considerar suas consequências para os trabalhadores, embora partam de perspectivas diferentes.

3.2 Repercussões dos riscos psicossociais na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida dos trabalhadores

As condições de trabalho discutidas anteriormente podem trazer diferentes consequências para a saúde dos trabalhadores industriais. Essas repercussões nem sempre aparecem de maneira imediata, podendo ser percebidas por meio de manifestações de mal-estar físico e psicológico, queixas de saúde e dificuldades para realizar as atividades profissionais. Ao investigar essa relação, Luna & Gondim (2021)[1] apontaram um possível papel mediador da autoeficácia ocupacional na relação entre os fatores de risco psicossociais e os sintomas de mal-estar físico e psicológico. Esse resultado contribui para compreender que o adoecimento relacionado ao trabalho envolve diferentes aspectos, não se limitando às exigências das atividades.

A maneira como o trabalhador percebe sua capacidade de enfrentar as demandas profissionais também merece atenção. Essa relação se explica pelo fato de que as exigências do trabalho podem ser vivenciadas de maneiras diferentes, dependendo das condições oferecidas pela empresa e dos recursos disponíveis para lidar com as dificuldades. Luna & Gondim (2021)[1] consideraram, em sua investigação, fatores relacionados às lideranças, às demandas das tarefas e ao significado atribuído ao trabalho. Embora esses aspectos não expliquem isoladamente o adoecimento, ajudam a compreender a relação entre o ambiente profissional e as manifestações de mal-estar.

Outro problema encontrado no contexto industrial é o presenteísmo, definido como o comparecimento ao trabalho mesmo em condição de adoecimento[16]. Nessa situação, o trabalhador permanece exercendo suas atividades mesmo apresentando condições desfavoráveis de saúde e bem-estar. Essa questão foi abordada por Leite *et al.* (2022)[6], em uma pesquisa realizada na indústria calçadista, na qual foram analisados 9.106 registros de queixas de saúde durante dois anos. Entre os resultados, os autores identificaram problemas relacionados ao sistema neuromusculoesquelético, além de maior estimativa de recorrência entre mulheres e trabalhadores dos setores produtivos e do segundo turno, em comparação ao terceiro turno. Também foi observado que o adoecimento apresentava variações conforme o tempo e as demandas de trabalho.

Esses resultados mostram a importância de observar a saúde dos trabalhadores mesmo quando eles continuam presentes no ambiente profissional. O fato de uma pessoa permanecer trabalhando não significa que esteja livre de dores, desconfortos ou outras dificuldades relacionadas à saúde. No estudo de Leite *et al.* (2022)[6], as queixas foram associadas a condições como repetitividade, ciclos curtos de produção e baixa autonomia. Embora os resultados estejam relacionados principalmente aos problemas musculoesqueléticos, a pesquisa contribui para discutir como o adoecimento pode fazer parte do cotidiano de trabalhadores que continuam desempenhando suas funções.

As consequências físicas do trabalho também foram discutidas por Santos *et al.* (2022)[12], em uma revisão bibliográfica sobre os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em abatedouros. O estudo aborda problemas de saúde associados às exigências das atividades e destaca a importância da prevenção. Nesse contexto, os autores apresentam medidas como pausas programadas, rodízio de atividades, correção de movimentos e ginástica laboral, com o objetivo de reduzir os riscos de adoecimento e melhorar o bem-estar dos trabalhadores[12].

Os estudos de Santos *et al.* (2022)[12] e Leite *et al.* (2022)[6] abordam o adoecimento físico em diferentes segmentos industriais. Entretanto, a análise do presenteísmo está associada, nesta síntese, ao estudo de Leite *et al.* (2022)[6], enquanto Santos *et al.* (2022)[12] discutem os distúrbios osteomusculares em abatedouros e medidas de prevenção. Essa distinção evita atribuir aos dois trabalhos o mesmo objeto de investigação. Os problemas osteomusculares devem ser discutidos em sua relação com os riscos ergonômicos, sem serem atribuídos exclusivamente a fatores psicossociais.

Além das queixas físicas, também é necessário considerar a possibilidade de adoecimento psicológico. Em uma pesquisa realizada em uma indústria de placas de gesso acartonado, Sá *et al.* (2024)[7] identificaram condições que poderiam favorecer o desenvolvimento de doenças ocupacionais físicas e psicológicas. Mesmo com algumas medidas preventivas adotadas pela empresa, os autores observaram a permanência de riscos à saúde dos trabalhadores. O estudo não apresenta uma avaliação clínica direta do sofrimento psicológico, mas chama a atenção para a necessidade de considerar os

possíveis danos à saúde decorrentes das condições em que o trabalho é realizado.

Ao relacionar essa pesquisa com os resultados de Luna & Gondim (2021)[1], percebe-se uma diferença importante entre os estudos. Enquanto Sá *et al.* (2024)[7] identificaram condições capazes de favorecer o adoecimento, Luna & Gondim (2021)[1] investigaram diretamente a relação entre fatores de risco psicossociais e sintomas de mal-estar físico e psicológico. Essa distinção precisa ser considerada, pois a presença de riscos no ambiente de trabalho não significa, necessariamente, que todos os trabalhadores apresentem os mesmos sintomas ou desenvolvam adoecimento.

As dificuldades relacionadas à saúde também podem interferir na maneira como os trabalhadores percebem sua capacidade de realizar as atividades profissionais. Luna & Gondim (2022)[14], ao estudarem a autoeficácia ocupacional, consideraram dimensões relacionadas à realização das tarefas, ao manejo das emoções e à obtenção de suporte social. Essas dimensões ajudam a compreender como os trabalhadores avaliam suas possibilidades de continuar desempenhando suas funções diante de determinadas limitações. No entanto, o estudo não deve ser interpretado como uma mensuração direta da perda de capacidade para o trabalho.

A pesquisa também apresentou questões relacionadas às dificuldades de comunicação entre trabalhadores e superiores. Alguns participantes demonstraram resistência em falar com as chefias sobre suas limitações na realização das atividades, enquanto outros relacionaram sua permanência no trabalho ao apoio recebido de colegas e superiores[14]. Essas situações merecem atenção porque o trabalhador pode encontrar dificuldades para expressar suas necessidades, principalmente quando enfrenta limitações relacionadas à saúde. O suporte social, portanto, aparece como um aspecto importante na maneira como as pessoas lidam com as exigências profissionais.

As repercussões sobre a saúde também precisam ser discutidas à luz das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Oliveira Sobrinho *et al.* (2024)[15] apontam que a deterioração das condições laborais está relacionada a preocupações com doenças e lesões ocupacionais, além do aumento das despesas com a saúde. Os autores destacam que as transformações tecnológicas e organizacionais trouxeram novos desafios para a prevenção dos riscos ocupacionais. Embora não tenham investigado diretamente sintomas de estresse ou sofrimento psicológico em uma amostra específica de trabalhadores, suas contribuições ajudam a compreender a importância da proteção à saúde diante das mudanças nos processos industriais.

Nahas (2023)[13] amplia a discussão ao abordar a proteção dos direitos sociais e a valorização dos trabalhadores diante das transformações produtivas. Sua contribuição é de natureza teórica e permite situar a qualidade de vida no debate sobre as condições de trabalho. Por isso, deve ser diferenciada dos estudos que investigaram diretamente queixas ou indicadores de saúde em populações de trabalhadores.

Quando os resultados dessas pesquisas são analisados em conjunto, observa-se que as repercussões do trabalho sobre a saúde aparecem de diferentes maneiras. Luna & Gondim (2021)[1] apresentam evidências sobre a relação entre riscos psicossociais e mal-estar físico e psicológico, enquanto Leite *et al.* (2022)[6] identificam queixas de saúde relacionadas ao presenteísmo. Já Santos *et al.* (2022)[12] e Sá *et al.* (2024)[7] contribuem para a compreensão do adoecimento ocupacional e dos riscos à saúde em diferentes setores industriais. Essas pesquisas apresentam resultados distintos, mas ajudam a compreender a importância de observar as consequências das condições de trabalho para além dos acidentes e afastamentos.

No que se refere ao estresse, ao sofrimento psicológico e aos possíveis prejuízos à qualidade de vida, é necessário reconhecer que os estudos apresentam diferentes níveis de evidência. Nem todos avaliaram diretamente essas manifestações, embora abordem condições e problemas de saúde que são pertinentes a essa discussão. Nesse sentido, não seria adequado afirmar que todos os artigos identificaram estresse ocupacional ou redução da qualidade de vida. Ainda assim, os resultados apresentados permitem discutir a necessidade de considerar tanto a saúde física quanto os aspectos psicológicos envolvidos na experiência de trabalho.

3.3 Recursos psicossociais e estratégias organizacionais de proteção e promoção da qualidade de vida no trabalho

A prevenção dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho envolve tanto os recursos individuais dos colaboradores quanto às condições oferecidas pelas empresas. Considerando os aspectos discutidos nos tópicos anteriores, como as demandas, a baixa autonomia e os obstáculos nas relações profissionais, é importante compreender quais medidas podem contribuir para promover uma melhor qualidade de vida no ambiente industrial. Conforme discutido anteriormente, Luna & Gondim (2021)[1] apontaram um possível papel mediador da autoeficácia ocupacional na relação entre os fatores de risco psicossociais e os sintomas de mal-estar físico e psicológico. Esse resultado contribuiu para uma melhor compreensão da importância dos recursos que os trabalhadores possuem para lidar com as exigências profissionais.

Luna & Gondim (2022)[14] abordam a autoeficácia ocupacional a partir da capacidade percebida de realizar tarefas, manejar emoções e obter suporte social. A avaliação dessas dimensões pode auxiliar na identificação de dificuldades, mas as evidências de validade de uma escala não demonstram, por si só, a eficácia de intervenções preventivas. Na discussão desta revisão, esses recursos são compreendidos como elementos que podem orientar a atenção às necessidades dos trabalhadores, em articulação com a análise das condições de trabalho.

Porém, é necessário considerar que o fortalecimento

da autoeficácia não deve substituir as mudanças necessárias nas condições de trabalho. Luna & Gondim (2022)[14] ressaltam que não seria apropriado desenvolver apenas a capacidade individual dos funcionários para enfrentar situações de risco, quando essas situações podem ser eliminadas ou controladas. Essa discussão evidencia que a prevenção também depende da responsabilidade das empresas, especialmente na identificação dos problemas e na criação de medidas que possam reduzir a exposição dos trabalhadores aos riscos ocupacionais.

A necessidade de mudanças na organização do trabalho também pode ser discutida a partir do estudo de Leite *et al.* (2022)[6], que identificaram repetitividade, ciclos curtos e baixa autonomia na indústria calçadista, além das queixas de saúde e da recorrência de adoecimento. Apesar de os autores não terem avaliado a eficácia de uma intervenção, seus resultados oferecem elementos relevantes para discutir a importância de levar em consideração essas condições nas ações de prevenção.

Santos *et al.* (2022)[12] apresentam medidas de prevenção de distúrbios osteomusculares, como rodízio de tarefas, pausas programadas, correção de movimentos e ginástica laboral. Sá *et al.* (2024)[7] também discutem adequações das condições de trabalho e medidas preventivas no contexto investigado. Nesta síntese, essas propostas são tratadas como recomendações relacionadas principalmente a riscos físicos e ergonômicos, sem pressupor que sua eficácia tenha sido avaliada ou que substituam o gerenciamento dos riscos psicossociais.

A prevenção também precisa acompanhar as transformações que vão surgindo nos processos industriais. Oliveira Sobrinho *et al.* (2024)[15] relatam os desafios da gestão de saúde e segurança diante das mudanças relacionadas à Indústria 4.0, ressaltando o surgimento de novos riscos ocupacionais. Essa informação reforça a necessidade de considerar as mudanças tecnológicas e organizacionais para identificar e controlar os riscos presentes no ambiente de trabalho.

A articulação entre os estudos indica que a proteção à saúde envolve recursos individuais, suporte social e condições organizacionais. Como implicação para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, essa síntese permite discutir a escuta das demandas dos trabalhadores e a análise das relações profissionais, da autonomia e das exigências das tarefas. Trata-se de uma interpretação das contribuições reunidas, e não de evidência direta de eficácia de intervenções psicológicas. A prevenção requer participação das organizações na identificação e no controle das condições de trabalho potencialmente prejudiciais.

4. CONCLUSÃO

Esta revisão integrativa analisou os riscos psicossociais no trabalho industrial e suas possíveis repercussões sobre a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores. A síntese dos sete estudos caracterizados indica que a compreensão dessas relações exige considerar a organização das tarefas, as demandas produtivas, a autonomia e as relações de apoio no trabalho.

Os estudos discutidos abordam associações entre fatores psicossociais e mal-estar físico e psicológico, além de queixas de saúde e condições de trabalho potencialmente prejudiciais. Entretanto, seus resultados não são equivalentes: parte das pesquisas enfoca riscos ergonômicos e adoecimento osteomuscular, enquanto outras apresentam contribuições teóricas ou examinam recursos psicossociais. Assim, não é possível atribuir todos os problemas de saúde descritos exclusivamente aos riscos psicossociais ou afirmar uma relação causal comum ao conjunto dos estudos.

A autoeficácia ocupacional e o suporte social aparecem como recursos relevantes para compreender a experiência dos trabalhadores diante das exigências profissionais. Esses recursos, contudo, não substituem a melhoria das condições de trabalho. As medidas preventivas precisam contemplar tanto as necessidades dos trabalhadores quanto a responsabilidade das organizações na gestão das demandas, das relações profissionais e dos riscos ocupacionais.

Para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, os achados permitem discutir a importância de integrar a escuta dos trabalhadores à análise das condições organizacionais. Essa perspectiva pode orientar a identificação de demandas e a construção de propostas de prevenção em articulação com outras áreas da saúde e da segurança no trabalho. Tais possibilidades constituem implicações da síntese realizada e não demonstram, por si mesmas, a eficácia de intervenções específicas.

Entre as limitações desta revisão estão a delimitação das fontes consultadas, do período de publicação e dos idiomas considerados, além da heterogeneidade dos delineamentos e dos contextos industriais e do número reduzido de estudos que avaliaram diretamente fatores psicossociais, já que parte da amostra enfoca riscos físicos e ergonômicos. Além disso, as estratégias de busca não incluíram descritores específicos de saúde mental e bem-estar, o que pode ter deixado de recuperar estudos pertinentes; recomenda-se que pesquisas futuras ampliem os termos de busca e as bases consultadas. Nem todos os estudos avaliaram diretamente a saúde mental, o bem-estar ou a qualidade de vida, o que restringe a comparação dos resultados e sua generalização. Pesquisas futuras podem aprofundar essas relações em diferentes setores e avaliar intervenções voltadas à organização do trabalho e à prevenção dos riscos psicossociais.

Conclui-se que a promoção da saúde no trabalho industrial requer atenção às condições em que as atividades são realizadas e aos recursos disponíveis para enfrentar as exigências profissionais. A consideração conjunta dos aspectos físicos, psicológicos, sociais e organizacionais oferece uma base para discutir práticas de prevenção que valorizem a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores.

5. FINANCIAMENTO

Os autores declaram que a pesquisa não recebeu financiamento específico de agências de fomento, empresas ou instituições públicas ou privadas.

6. REFERÊNCIAS

[1] Luna AF, Gondim SMG. Autoeficácia ocupacional, fatores de risco psicossocial do trabalho e mal-estar físico e psicológico. Rev Psicol Saude. 2021; 13(3):51-63. doi: 10.20435/pssa.v13i3.972.

[2] European Agency for Safety and Health at Work. Psychosocial risks and mental health at work. Bilbao: EU-OSHA. 2026. [acesso 7 abr. 2026] Disponível em: https://osha.europa.eu/pt/themes/psychosocial-risks-and-mental-health

[3] Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024. Altera a Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Diário Oficial da União. 2024 ago 28. Seção 1.

[4] World Health Organization. WHOQOL: measuring quality of life. Genebra: WHO. 2026. [acesso 7 abr. 2026] Disponível em: https://www.who.int/tools/whoqol

[5] Santos TJO, Tavares CE, Viana FP, *et al.* Quality of life of Brazilian industrial workers: a review article. Rev Bras Med Trab. 2020; 18(2):223-31. doi: 10.47626/1679-4435-2020-562.

[6] Leite WKS, Araújo AJS, Silva LB. Presenteísmo na indústria calçadista: uma análise das cargas de trabalho. Rev Psicol Organ Trab. 2022; 22(1):1804-14. doi: 10.5935/rpot/2022.1.22829.

[7] Sá FMR, Araújo Filho JG, Figueirêdo SSM, *et al.* Análise dos riscos ocupacionais na indústria de placas de gesso acartonado na região do Cariri, Ceará. Rev Gest Secr. 2024; 15(8):e4052. doi: 10.7769/gesec.v15i8.4052.

[8] Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2008; 17(4):758-64. doi: 10.1590/S0104-07072008000400018.

[9] Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (Sao Paulo). 2010. 8(1):102-6. doi: 10.1590/S1679-45082010RW1134.

[10] Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ. 2021. 372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71.

[11] Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União. 2016; 24(1):44-6.

[12] Santos CS, Santos TL, Dantas DAL, *et al.* DORT em abatedouros e o serviço de enfermagem à saúde do trabalhador: revisão bibliográfica. Res Soc Dev. 2022; 11(6):e16411628594. doi: 10.33448/rsd-v11i6.28594.

[13] Nahas TC. A dialética da liberdade econômica e dos direitos sociais no marco da indústria 5.0. e-Rev Int Prot Soc. 2023; 8(1):89-113. doi: 10.12795/e-RIPS.2023.i01.05.

[14] Luna A, Gondim S. Escala de autoeficácia ocupacional frente ao adoecimento laboral. Psicol Pesqui. 2022; 16(2):1-19. doi: 10.34019/1982-1247.2022.v16.31996.

[15] Oliveira Sobrinho AD, Vaz MAP, Haddad AN. Gestão de riscos de saúde e segurança na indústria 4.0. Rev Gest Secr. 2024; 15(2):e3518. doi: 10.7769/gesec.v15i2.3518.

[16] Johns G. Presenteeism in the workplace: a review and research agenda. J Organ Behav. 2010; 31(4):519-42. doi: 10.1002/job.630.